

RELATÓRIO – EIXO TEMÁTICO: INCLUSÃO SOCIAL – POLÍTICAS PÚBLICAS

GRUPO DE TRABALHO: Desenvolvimento Urbano e Proteção ao Meio Ambiente (Planos Diretores) e Sistemas de Gestão da Informação e Indicadores Municipais e Regionais.

1. NOME COMPLETO DA RELATORA	2. E-MAIL
Fernanda Biacco Amadeu	biacco2003@yahoo.com.br

1. INÍCIO

O evento mostrou-se muito importante pela parceria estabelecida com o município de Araraquara, sede do evento, e também pela realização do primeiro Seminário Brasil-Itália que conta com a participação de alguns municípios dessa região, especialmente, Araraquara, São Carlos, Ibaté, Ribeirão Bonito e Gavião Peixoto. Além disso, o envolvimento dos municípios vizinhos junto a coordenação, montagem, organização e preparação temática que antecedeu a organização do evento serviu para reforçar os laços regionais, necessários para o planejamento e desenvolvimento conjunto.

A temática deste grupo de trabalho dentro do contexto do evento mostrou-se marcante na questão da definição de política tecnológica, política social e redes de cooperação. O Plano Diretor, além de ser um instrumento estratégico, ele conduz e determina a política urbana dos municípios. Trata-se de um documento jurídico-normativo que deve conter programas, projetos, estratégias e prioridades que dizem respeito a política de desenvolvimento econômico, inclusão social e política tecnológica.

Para falar sobre essas questões foram convidados o Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano de Araraquara, Luis Antônio Nigro Falcoski; o Arquiteto especialista em desenvolvimento urbano do Instituto Brasileiro de Sociologia Aplicada – IBSA, Carlos Alberto Bachiega, que não pôde estar presente; o Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de São Carlos, Ricardo Martucci; o Engenheiro Agrônomo da Casa da Agricultura de Rio Claro, Enéas Ferguson e a Secretária de Planejamento da Prefeitura de Itápolis, Helena Monteiro Haury.

Estavam presentes como ouvintes e participantes no grupo temático representantes da sociedade civil, das universidades da região, gestores das prefeituras municipais, empresários e agentes econômicos dos municípios de Araraquara, Ibaté, Itápolis, Motuca, Rio Claro e São Carlos.

2. CONFERENCISTA 1: RICARDO MARTUCCI

Com o advento do Estatuto da Cidade há o surgimento de uma nova concepção de Planos Diretores. Diferentemente dos antigos Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado (PDDI's), que contemplavam apenas a área urbana, passou-se a ter um planejamento de âmbito municipal, ou seja, que abrange tanto a área urbana quanto a rural e, a partir desse momento, o planejamento começa a ter também um enfoque e uma relação com a região. Então não tem mais sentido ter um Plano Diretor, como instrumento de planejamento, se ele não for focado, entendido e até desenvolvido dentro de uma característica regional.

O estudo do contexto regional do Município de São Carlos mostrou sua inserção na região central do Estado de São Paulo a qual apresenta o maior PIB do país e um desenvolvimento muito diferenciado das demais regiões. Seus indicadores econômicos são equivalentes aos de países europeus no que se refere a número de leitos, estradas pavimentadas, mortalidade infantil, produção por habitante e renda *per capita*. Além disso, a pobreza existente é bem diferente daquela de outras regiões, como do norte de Minas, Agreste e Região Nordeste.

Para a realização do Plano Diretor, os gestores municipais construíram um diagnóstico do município e da região, onde verificaram que a partir da década de 1970, a taxa geométrica de crescimento da população de São Carlos foi superior à do Estado de São Paulo e à do Brasil. Houve uma duplicação da população a cada trinta anos, estando em 1940 com 50 mil habitantes, em 1970 com 100 mil e alcançando 200 mil habitantes em 2000. Fator explicado pela atração que existe nessa região, devido ao seu desenvolvimento e bom aparelhamento público.

Outro aspecto verificado foi a alta concentração de população nas faixas mais jovens, concentrando 36% entre 10 e 29 anos, o que revela um perfil estudantil da cidade e um alto potencial produtivo. Há, portanto, uma região dinâmica economicamente e com grande possibilidade de desenvolvimento. Entretanto, o planejamento, que deve estar presente em todas as fases de crescimento para que não haja um desordenamento da ocupação do território, nem sempre esteve presente no Município. Isso levou a um crescimento desordenado, acarretando na ocupação de fundos de vale, nascentes, solos frágeis, encostas e mananciais.

A falta de planejamento também significou o uso misto da malha urbana, que traz ao mesmo tempo vantagens, como a proximidade entre os usos e facilitação de deslocamentos e desvantagens, pois potencializa a ocorrência de conflitos entre os usos e atividades, destacando como principal problema os ruídos urbanos produzidos por casas noturnas situadas próximas a prédios residenciais.

Entre os setores econômicos do Município, predominam o de comércio e serviços, com 76%

dos estabelecimentos, porém o setor industrial é o que mais emprega, representando 41% do número de empregos, seguido pelo setor de serviços, com 36%. Então, constatou-se que houve uma expansão na área comercial, mas o emprego está sendo oferecido em maior número pela indústria, o que exige um planejamento e uma atenção maior para esse setor.

Na área rural detectou-se a existência de quase 370 famílias de origem italiana, com tradições passadas de geração a geração, com o cultivo da agricultura familiar, mas que estava se perdendo com a introdução da cultura canvieira, devido a dificuldades que essas famílias estavam apresentando. Para não perder a rica cultura ali existente, a prefeitura fomentou uma cooperativa de produtores de agricultura familiar e passou a comprar toda merenda escolar deles.

Portanto, a concepção do Plano Diretor de São Carlos partiu da identificação das potencialidades e vulnerabilidades do município e da aplicação das diretrizes e princípios do Estatuto da Cidade. Para formatar e induzir o Plano Diretor foram usados os recursos da política urbana como o macrozoneamento, o zoneamento, áreas de principais interesses e instrumentos de indução da política urbana. A partir da utilização desses recursos foram estabelecidas duas macrozonas: a macrozona urbana e a macrozona de uso multifuncional rural. A primeira contempla as zonas de ocupação induzida, de ocupação condicionada e de recuperação e ocupação controlada e, a segunda agrega as zonas de regulação e ocupação controlada, de proteção e ocupação restrita, de produção agrícola familiar e a de uso predominante agrícola. O grande fator ressaltado foi a necessidade de um trabalho conjunto entre os municípios, considerando-se que as fronteiras político-administrativas são fatores superficiais de segregação entre os municípios.

3. CONFERENCISTA 2: ENÉAS FERGUSON

Por menor que seja a cidade o planejamento sempre é necessário e deve ocorrer de forma conjunta. Prefeitos e vereadores têm que interagir porque a população quer uma vida sustentável, um ar sustentável e sozinhos não é possível conseguir. Rio Claro apresenta grande destaque no agronegócio. Com 1200 propriedades rurais, o Município se destaca pela produção de hortaliças certificadas, derivados de milho, cooperativa de produtores de mel, produção de cachaça, pesk pag, água mineral, derivados de queijo e café orgânico. Há também um grande potencial de bromélias e orquídeas. O Município é conhecido como a capital da orquídea, envolvendo de 30 a 40 produtores que exportam para a Alemanha e Holanda, representando uma atividade de peso para Rio Claro.

Em um Município com tais características é fundamental que a Secretaria da Agricultura e o Prefeito organizem o setor do agronegócio para sua sustentabilidade. Além disso, a valorização

do produto nacional e o resgate das tradições são fundamentais. A simples propriedade rural pode acabar com o problema do desemprego.

4. CONFERENCISTA 3: LUIS ANTÔNIO NIGRO FALCOSKI

A estratégia utilizada para elaboração do Plano Diretor de Araraquara envolveu, no ambiente interno, a Secretaria Executiva, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e a participação da consultoria da Ufscar, e no ambiente externo a participação do Conselho Municipal, da sociedade civil, associação dos engenheiros e de quatro Grupos Temáticos. Além disso, foram realizadas audiências setoriais e as tradicionais audiências na Câmara Municipal no período de 2001 a 2005.

O Plano Diretor não é um instrumento técnico que o governo encomenda a uma empresa, ele deve envolver a sociedade civil no processo de elaboração. Se não forem realizados de forma participativa, os Planos Diretores não estarão respondendo adequadamente às tendências atuais. Hoje não é uma questão ideológica a participação social, ela é uma necessidade e uma recomendação do Estatuto da Cidade, a participação de outros municípios também se faz necessária para um planejamento regional. Portanto, a construção do Plano Diretor é um processo de maturação pela sociedade civil muito lento e que deve ser amplamente discutido.

A base jurídico-normativa mínima que todos os Planos Diretores devem se basear é a Constituição Federal, no capítulo da política urbana (Art.182 e 183), o Código Civil, o Estatuto da Cidade, a Lei Orgânica Municipal e as Leis e Resoluções Federais, Estaduais e Municipais Específicas. Em Araraquara foram introduzidos mais dois documentos estratégicos, considerados muito importantes, que são a Agenda 21 Brasileira e a Agenda Habitat.

O Plano Diretor de Araraquara foi analisado, em 2004, pela Câmara onde teve sessenta e cinco emendas, voltou para discussão e incorporação das emendas, foi reenviado para a Câmara para nova fase de audiências públicas, houve novas emendas e no meio desse processo foram realizadas a Primeira Conferência da Cidade, em junho de 2003, a Primeira Conferência Regional das Cidades, em agosto de 2003, com a participação de dez municípios e o Primeiro Congresso da Cidade, em setembro de 2003. Todo esse trâmite evidencia a importância da discussão no âmbito municipal e regional.

Cada Plano Diretor possui suas marcas de governabilidade, sendo três as incorporadas por Araraquara: inclusão social, participação democrática e cidade moderna. Além das marcas de governabilidade foram adotadas quatro estratégias de desenvolvimento sustentável: Qualidade de Vida Urbana, no Grupo de Trabalho (GT) de Desenvolvimento Social; Equidade e Justiça Social no GT Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico; Modelo Espacial Sustentável no GT Desenvolvimento Urbano e Ambiental e Gestão Democrática no GT Desenvolvimento

Institucional.

Normalmente os Planos Diretores não são divididos em GTs, passando direto ao modelo espacial, a estrutura urbana, ao zoneamento e macrozoneamento. Em Porto Alegre, onde o Plano Diretor é muito bem construído, sendo um dos melhores do país no que se refere a gestão democrática, aos instrumentos e a concepção urbana, não são abordados o desenvolvimento regional, o social, nem o desenvolvimento econômico. Os GTs são necessários para se alcançar uma visão região que necessariamente passa por essas quatro vertentes.

Outros instrumentos importantes para a composição do Plano Diretor são os mapas de diagnóstico. Araraquara fez alguns, mas não os introduziu como diagnóstico do Plano Diretor. O Município encaminhou os mapas estratégicos que são a leitura dos mapas de diagnósticos versados nos quatro GTs.

Araraquara fez quatorze mapas estratégicos. Um exemplo é o mapa estratégico de qualificação da paisagem e zoneamento cultural, que talvez seja o único município no Brasil que está propondo esse tipo de zoneamento. Não é uma exigência do Estatuto da Cidade, no entanto, há descendentes italianos na região e um consórcio (Brasil-Itália) está sendo implementado entre cinco municípios: São Carlos, Araraquara, Ibaté, Ribeirão Bonito e Gavião Peixoto, fazendo com que a economia da cultura, a presença da formação da mão-de-obra, sua origem e como se consolidou sejam elementos importantes. Nos mapas foram registrados a elaboração do livro Macunaíma, escrito em Araraquara, e os lugares onde viveu Mário de Andrade. Também existe a presença de uma pesquisa arqueológica sobre os índios ao longo do rio Jacaré, já evidente em Boa Esperança do Sul, e pegadas de dinossauros em Araraquara. Portanto, vários elementos culturais, além das unidades de conservação ambiental, que devem ser mapeados.

Araraquara também está introduzindo os mapas da divisão do solo ambiental, que são muito importantes porque o Estatuto da Cidade recomenda e nenhum município, a não ser as universidades, está preparado para fazer. As prefeituras ainda carecem de técnicos, de capacitação e de metodologia. Então, o Município com a participação da Ufscar, da Unesp de Araraquara e da Uniara está fazendo o AUDA – Atlas Ambiental Urbano de Araraquara, paralelamente ao Plano Diretor, que serviu para montar seu mapa de zoneamento ambiental. Este último é um outro instrumento que vai trabalhar muito com zoneamento urbano, ou seja, não são apenas os conflitos de atividades que vão regular o espaço urbano hoje, o zoneamento ambiental trabalha conjuntamente. Essa é uma outra vertente inovadora do Estatuto da Cidade.

Na estrutura do Plano Diretor o Título II – Do desenvolvimento urbano sustentável – merece especial atenção. Esse título foi fruto da discussão dos agentes sociais e dos grupos temáticos nas quatro dimensões de sustentabilidade, sendo composto pelo capítulo de Ciência e Tecnologia, fundamental para os municípios e que geralmente não compõem os Planos Diretores,

passando direto ao Capítulo III que se refere a estrutura urbana, modelo espacial e uso do solo. Outra inovação foi a introdução da Lei de Zoneamento e a Lei de Parcelamento do Solo, que compuseram o Título V, uma medida adotada pelo Município para sanar uma barreira que muitos Planos Diretores encontram quando estão na fase de aprovação, devido a ausência de leis setoriais específicas.

O Estatuto da Cidade prevê uma revisão dos Planos Diretores a cada dez anos. Em Araraquara todas as obras estruturais de produção da cidade estão vinculadas a uma estratégia de prioridades de governo para 16 anos, com previsão de revisão a cada quatro anos, o que significa uma revisão para cada gestão administrativa, permitindo que todo governo coloque suas marcas de governabilidade, mas não comprometa o todo.

5. CONFERENCISTA 4: CRISTINA HELENA MONTEIRO HAUY

O Município de Itápolis, com aproximadamente 40 mil habitantes, possui como base econômica o cultivo da laranja, sendo o município que mais contribuiu com o PIB agrícola do país.

A Secretaria do Planejamento, composta por apenas uma pessoa, tem encontrado grandes dificuldades para a realização de um programa para o Município. Dificuldades resultantes da carência de dados, de recursos financeiros, humanos e técnicos, além de uma postura reativa, por parte dos prefeitos municipais, que não contribui para a mudança do *status quo*.

A não existência de um Plano Diretor ou Plano Plurianual contribui para a manutenção dos problemas, que são de ordem econômica, social e ambiental. Com uma economia baseada em commodities, onde o valor agregado é zero, a arrecadação do município é muito pequena, limitando as ações públicas. Na área social o grande problema consiste na sazonalidade do trabalho. No período entre safras os trabalhadores rurais vivem de assistencialismo da prefeitura, uma cultura que foi criada e que é conveniente para trocas políticas, mas extremamente prejudicial para o desenvolvimento do município e de difícil reversão. Além disso, a população economicamente ativa é muito reduzida devido a evasão dos jovens para outras localidades para estudar e trabalhar.

O problema ambiental está relacionado ao cultivo da laranja, que valoriza a terra e com a ausência de meios coercitivos e sem planejamento, a reserva de mata nativa e as matas ciliares estão sendo devastadas, causando um grande impacto ambiental no município.

6. MODERADOR: LUIS ANTÔNIO NIGRO FALCOSKI E ALEXANDRE MARUCCI

Os problemas dos médios e pequenos municípios foram caracterizados e a apresentação da situação de Itápolis é muito relevante porque a maioria dos municípios brasileiros sofre com as mesmas dificuldades. Na região, Araraquara e São Carlos são privilegiados por causa das universidades que oferecem muitos dados, estudos e teses para esses municípios. Mas isso não é a realidade da maioria dos municípios da região.

Constata-se, então, a dificuldade de um planejamento a não ser pela solidariedade, pelo trabalho cooperativo entre os municípios. Alguns têm Planos Diretores, outros não, o que pode comprometer a integração entre os municípios e por isso, a parceria e a cooperação são elementos essenciais no planejamento regional. Além disso, a cooperação também é importante porque elementos como a qualidade da água, do ar ultrapassam as fronteiras político-administrativas dos municípios.

Portanto, a criação de redes de cooperação e o comprometimento dos gestores municipais em ajudar a região são fatores indispensáveis para o desenvolvimento regional.

7. PROPOSTAS

1- A criação de uma rede cooperativa entre universidades, municípios e empresas foi identificada como fundamental para o fortalecimento da região. Por meio dessa rede, o compartilhamento de dados, experiências e problemas será possível, ajudando a solucionar problemas comuns e a definir as políticas de desenvolvimento regional.

2- Os pequenos municípios apresentam dificuldades técnicas, financeiras e de recursos humanos para construir um planejamento mais elaborado. Apesar da não obrigatoriedade da realização do Plano Diretor para municípios menores que 20 mil habitantes, o planejamento mostrou-se essencial para um desenvolvimento sócio-econômico estruturado na região.

3- O grupo abordou a importância que o Plano Diretor tem atualmente para os municípios, servindo como instrumento estratégico e destacou que sua abrangência não pode ser restrita apenas as áreas urbanas, mas também deve abranger as rurais, principalmente porque são áreas com significativa relevância para a região. Além disso, deve ter um enfoque regional porque muitas questões, como qualidade de vida urbana, equidade e justiça social, modelo espacial sustentável e gestão democrática, ultrapassam a divisão político-administrativa dos municípios.

4- O envolvimento da sociedade nas discussões para elaboração do Plano Diretor, além de ser obrigatório, conforme o Estatuto da Cidade, foi colocado como fundamental para nortear as diretrizes de planejamento e desenvolvimento no âmbito municipal e regional.